



Davi prevê votar Previdência no Senado em 45 dias

Reforma começa a ser debatida na Casa em agosto. Relator, Tasso Jereissati quer aprovar o que for consenso e criar uma PEC paralela para as mudanças

Após ser aprovada pela Câmara, a reforma da Previdência começa a tramitar no Senado em agosto e pode ser votada, a partir daí, em 45 dias, segundo previsão do presidente da Casa, Davi Alcolumbre. Relator, Tasso Jereissati disse que espera aprovar o que for consenso e criar uma PEC paralela para incluir estados e municípios na reforma. **3**



Para Davi, a discussão da proposta já está bem amadurecida entre os senadores

Moreira Moitz/Agência Senado — 2/7/2019



Waldemir Barreto/Agência Senado

Greenwald, ao lado de Randolfe: material passou por perícia e é real

Investigação conduzida por Moro é ameaça, diz Greenwald

O jornalista Glenn Greenwald, do site The Intercept Brasil, disse ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, que não entregará às autoridades as mensagens trocadas por procuradores e pelo ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, porque essa não é uma prática democrática. Greenwald também clas-

sificou como atentado à liberdade de imprensa as notícias de que o ministro da Justiça, por meio da Polícia Federal, está investigando a sua vida.

Segundo ele, Moro está criando um clima de ameaça à imprensa. O jornalista disse que não tem medo e que continuará publicando diálogos da força-tarefa da Lava Jato. **3**

Especialistas defendem Fundo Amazônia

Em debate ontem na Comissão de Meio Ambiente, especialistas e senadores defenderam a manutenção do Fundo Amazônia, que recebe doações da Alemanha e da Noruega.

A comissão decidiu convidar o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que se dispôs a comparecer em agosto. **2**

MPs de ajuda a Brumadinho ficam sem validade

As Medidas Provisórias 874 e 875, ambas de 2019, que criaram um auxílio de R\$ 600 para atender beneficiários de três programas sociais que moram no município, perderam a validade esta semana. Como as MPs têm força de lei, os recursos já foram liberados. **2**

Comissão mista aprova MP que institui direitos de liberdade econômica

Foi aprovado ontem pela comissão mista o relatório à medida provisória que estabelece garantias para o livre mercado, prevê imunidade burocrática para startups e extingue o Fundo Soberano do Brasil. O texto será analisado agora pelos Plenários

da Câmara e do Senado.

A medida institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que, entre outras ações, libera pessoas físicas e empresas para desenvolver negócios considerados de baixo risco. **4**



Roque de Sá/Agência Senado

Soraya Thronicke, deputado Jerônimo Goergen, relator, e Dário Berger, presidente

Debate: novo contrato do BNDES exige cautela

Em audiência na comissão mista que analisa a medida provisória que trata da colação, especialistas disseram que essa nova modalidade de contratação pelo BNDES pode ser boa, pois privilegia empresas mais qualificadas. No entanto, alertaram para a necessidade de testar o modelo antes de aplicá-lo. **4**

Cresce violência à mulher na fronteira sul, alerta audiência

A violência contra a mulher está cada vez maior em localidades fronteiriças da Região Sul e de Mato Grosso do Sul com outros países. Essa foi a conclusão de debate promovido ontem pela Comissão de Relações Exteriores sobre as iniciativas do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul. **3**

JOVEM SENADOR 2019

ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Contato: (61) 99187-2248, /SENADOFEDERAL, 0800 612211

Fundo Amazônia deve ser mantido, conclui audiência

Em debate na Comissão de Meio Ambiente, analistas e senadores defenderam o instrumento que, em 11 anos, recebeu R\$ 11 bilhões em doações da Alemanha e da Noruega para a preservação da floresta

OS PAÍSES DOADORES do Fundo Amazônia têm outras opções para aplicar seus recursos, e o Brasil não pode se dar ao luxo de perdê-los, principalmente num cenário de crise econômica como o atual. O alerta foi feito pelo ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente Francisco Gaetani, que participou de uma audiência ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

— O fundo é uma oportunidade extraordinária. Alemanha e Noruega têm tido paciência e respeito. Têm seus interesses? Claro, como todos temos. Mas, se não formos capazes de aproveitar essa oportunidade, será um atestado de incompetência imenso. O desafio está dado. É questão de dialogar [...] Rasgar dinheiro não é opção para o país neste momento — afirmou.

Assessora do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos fez críticas à atuação do governo Bolsonaro no setor ambiental. Segundo ela, há em curso uma espécie de cruzada contra as políticas de combate ao desmatamento no país.

Para o senador Jaques Wagner (PT-BA), abrir mão do dinheiro seria a pior das opções. Ele defendeu mais diálogo para melhorar a destinação dos recursos, se for esse o caso. Já os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN) e Plínio Valério (PSDB-AM)



Jaques Wagner (C) defende diálogo para melhorar destinação dos recursos

questionaram os números de beneficiados pelas ações do fundo.

— Aqui ninguém defende desmatamento, mas o direito de o caboclo subsistir. A realidade do ribeirinho é totalmente diferente, é de dar dó — lamentou Plínio.

Soraya Thronicke (PSL-MS) defendeu o caminho do de-

envolvimento sustentável, visto que os estados do Norte precisam prosperar.

— Eu presido a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e digo que precisamos parar com esse dualismo. Agro é meio ambiente e meio ambiente é agro. E precisamos produzir de forma sustentável — opinou a senadora.

Comissão aprova convite a Ricardo Salles, que já se propôs a comparecer no início de agosto

Na reunião de ontem, a CMA aprovou convite para que o ministro Ricardo Salles participe de uma audiência para tratar da situação do Fundo Amazônia.

O fundo está no centro de uma polêmica depois que foram anunciadas mudanças na sua estrutura e na destinação dos recursos. Noruega e Alemanha, os dois países que respondem por 99% das doações, discordam das pro-

postas. O dinheiro — R\$ 3,4 bilhões, doados ao longo de 11 anos — tem sido usado para investimentos em prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

Segundo a senadora Soraya Thronicke, o ministro já aceitou o convite e poderá comparecer à comissão na retomada dos trabalhos legislativos a partir de 1º de agosto.

Medidas de auxílio a Brumadinho perdem validade

Duas medidas provisórias que criaram auxílio emergencial para atender vítimas da tragédia de Brumadinho (MG) perderam a validade esta semana. As MPs 874 e 875, publicadas em março, criaram um auxílio de R\$ 600 para atender beneficiários de três programas sociais que moram no município e que foram

atingidos pelo rompimento da barragem da mineradora Vale em 25 de janeiro. Na tragédia, morreram 228 pessoas. Como ao ser editada pelo governo a MP tem força de lei, os recursos já foram liberados às famílias.

O Auxílio Emergencial Pecuniário Assistencial pago em parcela única atende os participantes do Bolsa Famí-

lia, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV). Esses dois últimos programas atendem idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. A MP 875/2019 instituiu o auxílio emergencial, enquanto a MP 874/2019 liberou crédito extraordinário de R\$ 1,368 milhão para o Ministério da Cidadania.

Revolução de 1932 é celebrada em sessão especial do Senado

O Dia da Revolução Constitucionalista de 1932, comemorado em 9 de julho, foi celebrado ontem em sessão especial. A data rememora o período em que os paulistas lutaram pela promulgação de uma constituição no país, prometida após a Revolução de 1930, liderada pelo então presidente Getúlio Vargas.

O senador Major Olimpio (PSL-SP) foi um dos autores do requerimento para a cerimônia e presidiu a homenagem. Ele disse que a revolução não foi um movimento separatista de São Paulo, mas uma luta de todos os estados encabeçada pelos paulistas.

— Foi uma batalha contra a ditadura, pelo direito à liberdade e à cidadania.

O senador ressaltou que o Dia da Revolução Constitucionalista de 1932 é uma das datas cívicas mais importantes de São Paulo. Por isso, o marco merece ser celebrado pelo Congresso Nacional, em especial pelos representantes do estado, avaliou.

— É uma sessão histórica, com a presença de tantos parlamentares e autoridades. É uma honra dar a palavra aos que usam a voz para agradecer ao Brasil, a São Paulo e aos nossos heróis de 1932.

Participaram o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, coronel Marcelo Vieira Salles, o coronel da Polícia Militar de São Paulo Luiz Eduardo Pesce de Arruda e os deputados federais Coronel Tadeu (PSL-SP) e Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), entre outros.

O presidente do TRE-SP disse que fez questão de estar presente à sessão especial por conta do envolvimento da Justiça Eleitoral com a Revolução Constitucionalista. Padin explicou que a celebração é necessária para honrar o legado dos combatentes e porque o período marcou o retorno do Brasil aos valores republicanos.



Major Olimpio preside sessão em comemoração à Revolução de 32

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão para pronunciamentos de senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Quadrilheiro junino

15h Comemoração do Dia Nacional do Quadrilheiro Junino.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Previdência deve ser votada em até 45 dias, prevê Davi

PEC da reforma começará a ser analisada em agosto no Senado. Para o presidente da Casa, discussão da proposta já está amadurecida entre senadores. Relator prevê PEC paralela para incluir mudanças

DEPOIS DE APROVADA em segundo turno pela Câmara dos Deputados, a reforma da Previdência começará a ser discutida pelos senadores em agosto. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, prevê que as novas regras de aposentadoria deverão ser votadas na Casa em até 45 dias. Segundo ele, a discussão da proposta já está bem amadurecida entre os senadores.

O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), antecipou que as eventuais mudanças feitas na versão da Câmara serão inseridas numa proposta paralela. Entre elas, a inclusão de estados e municípios na reforma para que as novas regras não atinjam apenas os servidores federais. A estratégia de Tasso é garantir a promulgação do que for consensual entre Câmara e Senado e deixar para a PEC paralela os pontos defendidos pelos senadores.

— Estamos trabalhando com a hipótese de fazer uma espécie de PEC paralela para



Davi conversa com o relator, Tasso, que quer votar o que for consensual

que não interrompa, não atrase a aprovação do coração do projeto e incluir estados e municípios para que a reforma fique realmente completa — disse Tasso.

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), até admitiu a possibilidade da PEC paralela. Mas disse que a oposição vai tentar rejeitar ou aprovar mudanças na reforma, a exemplo de regras menos duras para professores.

— Seria uma outra proposta

de emenda constitucional. Porém, ainda é muito cedo para o relator definir esses caminhos, porque muita água vai rolar por debaixo dessa ponte. Nós ainda vamos ter muita discussão — afirmou.

Diferentemente da Câmara, onde foi discutida em dois colegiados antes de ir ao Plenário, a reforma da Previdência deverá ser debatida apenas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em dois turnos no Plenário do Senado.

Material é real e Moro faz ameaça, diz Greenwald

Em audiência pública ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o jornalista Glenn Greenwald, do site The Intercept Brasil, disse que não entregará às autoridades as mensagens trocadas por procuradores e pelo ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, porque essa não é uma prática democrática.

Segundo ele, essa “permissão para publicar” existe apenas em países autoritários e nenhum profissional da imprensa no mundo entregaria seu material para FBI ou CIA antes de publicar. O editor destacou que a autenticidade foi verificada por peritos do The Intercept, do jornal *Folha de S.Paulo* e da revista *Veja*.

— Tenho reputação. Não publicaria material sem verificar — garantiu.

O pedido para que o jornalista entregasse o material para a Polícia Federal ou para instituições americanas partiu do senador Marcos do Val (Cidadania-ES), que disse não

acreditar na perícia feita pelo The Intercept Brasil.

Greenwald classificou como atentado à liberdade de imprensa as notícias de que o ministro da Justiça, por meio da Polícia Federal, está investigando sua vida e de outros profissionais do site. Segundo ele, Moro está criando um clima de ameaça à imprensa. Greenwald disse que não tem medo e que continuará publicando diálogos da força-tarefa da Lava Jato.

— Há notícias de que Moro está investigando e ele nunca negou. Isso mostra a mentalidade do ministro. Ele quer que fiquemos com medo. Não temos medo nenhum. Vamos continuar publicando — disse.

Sigilo garantido

Ele contou que recebeu as informações de uma fonte que não quer ser revelada e ressaltou que a Constituição e o Código de Ética dos Jornalistas garantem o sigilo.

— Confio muito nas institui-

ções brasileiras para aplicar e proteger esses direito — disse.

Greenwald foi à CCJ a pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), cujo partido acionou o Supremo Tribunal Federal pedindo para que a Corte suspenda qualquer investigação ou inquérito contra o jornalista.

— Se tem alguém hoje que compromete a integridade da Operação Lava Jato tem sido o senhor Sergio Moro com a sua parcialidade — disse Randolfe.

Para Renan Calheiros (MDB-AL), as reportagens do Intercept e de outros veículos evidenciam uma tentativa “inquisitorial de estabelecer uma Justiça paralela” e a atuação combinada entre acusação e o julgador é de uma “promiscuidade repugnante”.

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que Moro não tem como negar a veracidade das mensagens.

— Eles estão atuando nas sombras para tentar quebrar a credibilidade do que está sendo divulgado, mas em momento nenhum vão desafiar essa autenticidade — avaliou.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) pediu que os senadores tenham coragem para assinar o pedido de instauração de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o conteúdo das conversas da “Vaza Jato”.

Violência contra mulher é grave na fronteira sul, alerta debate

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reuniu ontem autoridades ligadas ao Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) para debater o aumento da violência contra as mulheres em localidades fronteiriças da Região Sul e de Mato Grosso do Sul com outros países. O Codesul reúne esforços conjuntos dos governos estaduais de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul na condução de políticas públicas. O objetivo das parcerias é incrementar a colaboração com as nações vizinhas, evitando que a impunidade prevaleça.

A subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres de Mato Grosso do Sul, Luciana Azambuja, também descreveu um quadro dramático para as mulheres nas zonas fronteiriças do estado.

— No estado como um todo caíram os casos de estupro em 11%, mas na fronteira cresceram 8%. Também cresceu muito o feminicídio nessa região e são mortes marcadas pelo uso de violência exacerbada. Também temos constatado a exploração sexual, o turismo sexual e o aliciamento de meninas como “mulas” do tráfico numa idade cada vez

menor. O tráfico de meninas também está ficando dramático — afirmou.

O presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), informou que estabelecerá articulações com Itamaraty, governos estaduais e embaixadas de países vizinhos visando combater os casos graves de violência na fronteira sul. Faz parte da articulação o Parlamento Feminino da Fronteira, uma associação de vereadoras das cidades sul-matogrossenses que fazem fronteira com Paraguai e Bolívia.

Caberá à CRE a coordenação e a articulação das negociações com o Itamaraty e as embaixadas, que deverão ser concretizadas em agosto, segundo o planejamento estabelecido. Representantes das embaixadas do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia participaram da audiência e iniciaram os primeiros contatos com as secretarias de Segurança Pública de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul.

O representante da embaixada da Bolívia, coronel Nelson Vilther, apresentou dados mostrando que a violência contra mulheres também atingiu um ponto crítico nas cidades de seu país que fazem fronteira com o Brasil.

RÁPIDAS

COMISSÃO VAI OUVIR CIENTISTAS QUE NEGAM O AQUECIMENTO GLOBAL

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a realização de um seminário, a pedido do senador Marcio Bittar (MDB-AC), que reunirá cientistas brasileiros e de outros países que contestam a tese dominante de que a ação humana é a principal causadora das mudanças climáticas. A CRE também quer discutir o acordo de livre comércio assinado entre a União Europeia e o Mercosul. Foi aprovado ontem o pedido do presidente da comissão, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), para uma audiência pública com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o brasileiro Roberto Azevedo.

Bolsonaro agride a Constituição, afirma Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) considerou absurda declarações do presidente Jair Bolsonaro em defesa do trabalho infantil. Para o senador, ao levantar esse tema, o chefe do Executivo agride princípios que estão na Constituição e em tratados internacionais assinados pelo Brasil. Ao citar projeto dele que criminaliza o trabalho infantil (PLS 237/2016), já aprovado no Senado e agora em tramitação na Câmara, Paulo Rocha disse que é preciso combater esse tipo de exploração. Em 2016 o Brasil tinha cerca de 2 milhões de crianças e jovens trabalhado, com idades entre 5 e 17 anos, informou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Izalci comemora efeitos da lei de regularização fundiária

Izalci Lucas (PSDB-DF) comemorou ontem o aniversário de dois anos da lei de regularização fundiária rural e urbana (Lei 13.465, de 2017). O senador ressaltou que, apesar da lenta regulamentação, muitas famílias já conseguiram solicitar a propriedade de suas terras. — Mais de 50% da população do DF e do Brasil está saindo da ilegalidade. Aqueles que moram em assentamentos de baixa renda, que vivem sem regularização, deverão ter esses assentamentos regulados e participação na economia, com endereço, luz, água e, principalmente, dignidade.



Gerardo Magela/Agência Senado



Ao lado de Randolfe, Greenwald diz que confia nas instituições do país

Comissão mista aprova MP da Liberdade Econômica

Medida provisória, entre outros assuntos, cria garantias para o livre mercado, simplifica a criação de startups e extingue o Fundo Soberano do Brasil, que em maio de 2018 somava R\$ 28 bilhões

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que estabelece garantias para o livre mercado, prevê imunidade burocrática para startups e extingue o Fundo Soberano do Brasil aprovou ontem o relatório do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). A comissão é presidida pelo senador Dário Berger (MDB-SC).

O texto será analisado agora pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 881/2019 institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. De acordo com o Poder Executivo, o texto tem como objetivos recuperar a economia, garantir investimentos em educação e tecnologia, possibilitar a desestatização e resolver questões concretas de segurança jurídica.

O texto libera pessoas físicas e empresas para desenvolver negócios considerados de baixo risco. Estados, DF e municípios devem definir quais atividades econômicas poderão contar com a dispensa total de atos de liberação como licenças, autorizações, inscrições, registros ou alvarás. De acordo com a MP, essas atividades econômicas poderão ser desenvolvidas em qualquer horário ou dia da semana, desde que respeitem normas de direito de vizinhança, não causem danos ao meio ambiente, não gerem poluição sonora e não perturbem o sossego da população.

A administração pública deve cumprir prazos para responder aos pedidos de autorização feitos pelos cidadãos. Caso o

prazo máximo informado no momento da solicitação não seja respeitado, a aprovação do pedido será tácita. Cada órgão definirá individualmente seus prazos, limitados ao que for estabelecido em decreto presidencial. A MP também equipara documentos em meio digital a documentos físicos, tanto para comprovação de direitos quanto para realização de atos públicos.

A proposição prevê imunidade burocrática para o desenvolvimento de novos produtos e serviços e para a criação de startups — empresas em estágio inicial que buscam inovação. Poderão ser realizados testes para grupos privados e restritos, desde que não se coloque em risco a saúde ou a segurança pública.

CVM

O texto também autoriza que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) reduza exigências para permitir a entrada dos pequenos e médios empreendedores no mercado de capitais. A intenção é que empresas brasileiras não precisem abrir seu capital no exterior, onde encontram menos burocracia.

A MP extingue o Fundo Soberano do Brasil (FSB), criado em 2008 como uma espécie de poupança para tempos de crise. Os recursos hoje depositados no FSB serão direcionados ao Tesouro Nacional. O ex-presidente Michel Temer já havia tentado extinguir o FSB por meio da MP 830/2018, mas

o dispositivo foi rejeitado no Parlamento. Em maio de 2018, o patrimônio do fundo somava R\$ 27 bilhões.

O texto recebeu 301 emendas. O relator acolheu 126 delas, integral ou parcialmente, e incluiu um dispositivo para acabar com o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). O sistema tem como objetivo unificar o pagamento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Para Goergen, “as empresas estão sendo obrigadas a fazer um enorme investimento” para atender ao eSocial.

O texto prevê ainda a prevalência do contrato sobre o direito empresarial em situações de insegurança jurídica e formas alternativas de solução de conflito em sociedades anônimas. Em outra frente, o relator sugere a criação dos chamados *sandboxes* — áreas sujeitas a regimes jurídicos diferenciados, como zonas francas não tributárias definidas por estados e DF.

A medida também anistia multas aplicadas a transportadoras que descumpriram a primeira tabela de frete fixada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em 2018.

O relator prevê ainda a criação do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) para eliminar 13 dos 30 documentos para operações de transportes de cargas e de passageiros.



Wellington Fagundes e Plínio Valério ouvem o diretor-geral da ANTT

Modelo de contrato do BNDES exige cautela, aponta debate

A colação, uma nova forma de contratação a ser praticada pelo BNDES nos processos de desestatização, foi um dos assuntos debatidos ontem em audiência pública da comissão mista que analisa a Medida Provisória 882/2019. Prevista na MP, a ampliação dos usos da colação e os problemas que podem surgir com sua aplicação foram analisados pelos senadores, deputados e especialistas.

A medida provisória muda as regras do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e regula a contratação de assessoria pelo BNDES para estruturação de concessões e desestatizações, utilizando a colação para as contratações. É um processo simplificado, para selecionar projetos que considerem não apenas o preço, mas também qualidade técnica dos prestadores de serviço.

Resumidamente, o BNDES poderá ser contratado por órgãos da administração pública para a estruturação de contratos de parceria público-privada ou de concessões e poderá fazê-lo usando o novo instrumento.

Representante da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Marcelo Caldas vê virtudes na nova modali-

dade licitatória que mistura uma lista curta de empresas com qualificação necessária, praticada nos projetos do Banco Mundial, e o diálogo competitivo concorrencial da União Europeia.

Para ele, a colação é uma estratégia de aquisição alinhada com o conhecimento de mercado. A lista, afirma, traz as opções do mercado que vão ofertar as soluções mais adequadas ao problema, facilitando a implantação do projeto pelo governo.

O coordenador-geral de Controle Externo de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União (TCU), Nicola Houry, recomendou cautela com o novo instituto, que precisa ser testado em menor escala, antes de ser ampliado, para evitar erros:

— Pense grande, comece pequeno, escale rápido. Sempre que a gente vai inovar, tem que ter coparticipação e experimentação. Se é novo e inovador, a experimentação é que vai fazer com que a gente, se errar, erre por pouco, porque começamos pequeno.

A MP é relatada pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT). O presidente da comissão mista é o deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL).



Entre os senadores Soraya Thronicke e Dário Berger, o deputado Jerônimo Goergen apresenta relatório da MP

Colegiado vai discutir influência das fake news

A Comissão Senado do Futuro (CSF) vai realizar uma série de atividades envolvendo debates e missões oficiais para estudos sobre o sistema brasileiro de governo, a interferência das fake news no debate público e o uso da tecnologia no processo democrático e nas ações para transparência na administração pública.

Os requerimentos foram assinados pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) e aprovados ontem pelo colegiado. O parlamentar explicou que essas reflexões vão favorecer a elaboração de propostas legislativas, além de ajudar na análise dos projetos já em tramitação sobre esses temas. O senador Eduardo Girão

(Podemos-CE) apresentou requerimento de audiência pública para obter informações sobre a destinação dos recursos economizados pelo Senado com medidas como a dispensa de carros oficiais por alguns parlamentares.

A intenção, segundo o senador, é elaborar um programa para utilização dessa verba.

Paulo Paim alerta para impactos do teto de gastos na saúde

Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem preocupação com as consequências da Emenda Constitucional 95, que limitou o aumento de gastos públicos, em vigência desde 2016.

Com dívidas e sem condições de manter o padrão de vida, muitas famílias optaram, por exemplo, pelo cancelamento de serviços, como os planos de saúde, alertou.

O senador lembrou que o SUS está pressionado com o aumento do número de investimentos públicos, inclusive na saúde, inviabiliza o atendimento adequado.



Gerardo Magela/Agência Senado

Previdência deve reduzir desemprego, afirma Rodrigues

Chico Rodrigues (DEM-RR) afirmou ontem, em Plenário, que a corrupção, aliada à sobrecarga tributária, foi o fator primordial para a falência de grandes construtoras e, por consequência, o aumento do desemprego no país. O senador disse que o atual governo está trabalhando para se desfazer dessa “herança” recebida dos presidentes do PT. A primeira contribuição de Jair Bolsonaro, disse Rodrigues, é a reforma da Previdência. Associadas a isso, medidas para destravar a economia e liberar as iniciativas econômicas dos brasileiros também estão sendo propostas, avaliou.



Gerardo Magela/Agência Senado